



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**ADEYBSON ARAUJO MENDES**

**PATOLOGIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE  
DAS PRÁTICAS PATOLOGIZANTES E MEDICALIZANTES DA EDUCAÇÃO NA  
ATUALIDADE**

**Miracema do Tocantins, TO**

**2023**

**Adeybson Araújo Mendes**

**Patologização das dificuldades de aprendizagem: Uma análise das práticas  
patologizantes e medicalizantes da educação na atualidade**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Dra. Juliana Chioca Ipolito

Miracema do Tocantins, TO

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- M538p    Mendes, Adeybson Araujo.  
          Patologização das dificuldades de aprendizagem: Uma análise das práticas patologizantes e medicalizantes da educação na atualidade. / Adeybson Araujo Mendes. – Miracema, TO, 2023.  
          39 f.  
  
          Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2023.  
          Orientadora : Juliana Chioca Ipolito  
  
          1. Educação. 2. Patologização. 3. Medicalização. 4. Dificuldade de Aprendizagem. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ADEYBSON ARAUJO MENDES

PATOLOGIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE DAS  
PRÁTICAS PATOLOGIZANTE E MEDICALIZANTE DA EDUCAÇÃO NA  
ATUALIDADE

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Licenciatura em Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 11/07/2023

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Juliana Chioca Ipolito, Orientadora - UFT.

---

Profa. Dra. Kethlen Leite de Moura-Berto, Examinadora - UFT.

---

Profa. Dra. Luciane Silva de Souza, Examinadora - UFT.

Dedico esta pesquisa, primeiramente a Deus e a minha família, por todo apoio e incentivo que proporcionaram a minha permanência na universidade, em especial para meu bisavô (in memoriam) e ao meu avô (in memoriam) que infelizmente não poderão me ver formado, mas sei que comemorarão a concretização de um sonho que é de todos nós. Dedico também aos meus amigos e familiares, que sempre me confortaram nos momentos difíceis que foi o percurso acadêmico.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido forças e saúde para concretização deste trabalho difícil que é escrever o TCC.

A minha família, meu bisavô Enezio (in memorian), a minha Avó, Maria Ilda, meus tios, Adeilson, Ditoso, José, Amadeus, Emerson, Elsony e Eferson e as minhas tias, Adeane, Alexandra, Ademilde, Antônia, Denise, Débora, Dilva, Deysiane, Deylle, Hugleane, Cleidiane e Edeilda, quero aqui agradecer cada um de vocês, por terem me apoiado e incentivado a continuar com meus estudos e por sempre acreditarem no meu potencial quando nem eu mesmo acreditava.

Em especial a minha mãe Elma por todo carinho, amor, conselhos, motivação, confiança e por sempre enxergar o melhor de mim por sempre me escutar em todos os momentos. Ao meu pai Adbeel, por sempre estar ao meu lado me apoiando na busca de meus sonhos, obrigado por todas as conversas e por sempre querer o meu melhor, meu muito obrigado a vocês dois por nunca ter me deixado faltar nada. Em especial a minha avó Maria Dilma, e ao meu avô Ademar (in memorian), por ter cuidado de mim em todos os momentos, por me proporcionarem uma infância cheia de memórias inesquecíveis, por nunca ter me deixado faltar nada dentro de suas condições. Vocês foram o pilar para eu me tornar o que sou hoje, sempre me incentivando a buscar o melhor para mim através da educação, muito obrigado por tudo. Mãe, pai e aos meus avós saibam que amo muito vocês e quero sempre dar o meu melhor para orgulhar vocês.

Agradeço aos meus irmãos, Ademar Neto, Jheferson, João Gabriel e Manoel, pelo incentivo e apoio para conclusão do curso. Aos meus primos Carlos Thiago, Carlos Eduardo, Matheus, Emanuel, Gustavo, Moises e Cássio Felipe e as minhas primas Ademielly, Amanda, Alline, Elda, Ester, Gedileia, Nazaré, Maria Laura, Maria Vitória, Maria Elisa, Maria Eduarda, Emanuela, Ávila, Geisiany e Williane, por todos os momentos alegres por sempre estarem me apoiando em cada conquista. Agradeço também a minha cunhada Samia, e a minha sobrinha Rebeca, por todo apoio e incentivo.

As minhas amigas Nadila, Michaela, Camila e Geissyanne, muito obrigado por terem me apoiado na busca do meu sonho e por cada momento feliz ao lado de vocês.

Muito obrigado às Minhas amigas Taciana, Joselda e Edilene por cada momentos inesquecíveis ao lado de vocês, sou grato a Deus por me proporcionar a oportunidade de conhecer e colocar vocês em minha vida.

Meu muito obrigado às amigas que o curso me concedeu, Cshannaya, Maelen e Maria Patrícia, por estarem comigo em toda jornada do curso, por sempre me apoiarem e me ajudarem,

obrigado por todas as conversas, risadas, abraços e momentos inesquecíveis que somente nosso quarteto entende. Do primeiro período para vida toda, obrigado por tudo, vocês são especiais em minha vida.

Aos amigos que o Tocantins me presenteou, que no decorrer do tempo se tornaram família. Obrigado Darlene, por me ouvir nos momentos mais difíceis, por sempre estar aqui para mim quando eu preciso, por cada abraço, pelo carinho, pelo apoio e por me proporcionar momentos incríveis, você tem um lugar especial no meu coração, obrigado por ser uma irmã. Obrigado Patrícia, por sempre acreditar no meu potencial, por toda preocupação, por todo carinho demonstrado do seu jeito, por estar aqui para mim toda vez que necessito, por sempre me dar conselhos, por se tornar especial em minha vida, por ser uma irmã. Obrigado Rodrigo, por cada momento incrível, por cada conversa, por ser essa pessoa com o coração enorme, por sempre me ajudar. Obrigado Luiz, por fazer parte da minha vida, por cada momento incrível, por ser essa pessoa carinhosa e de bom coração. Obrigado Jhon Lenon, que nos poucos momentos que convivemos você sempre acreditou no meu potencial, obrigado por cada momento feliz.

Obrigado aos professores que fizeram parte da minha formação, pelos ensinamentos repassados. E por fim, e não menos importante agradeço à minha orientadora Juliana Chioca Ipolito, por todo incentivo, por sempre acreditar no meu potencial, pelos conhecimentos passados durante esse processo árduo de escrita. Agradeço também, às professoras Kethlen Leite e Luciane Silva por aceitarem fazer parte da minha banca de defesa.

A todos e todas vocês, meu muito obrigado!

## RESUMO

O processo de patologização das dificuldades de aprendizagem são práticas ainda frequentes no sistema educacional brasileiro. Que por sua vez, os professores utilizam desse fenômeno para diagnosticar o aluno com algum tipo de distúrbio, no qual este corrobora para a não aprendizagem do indivíduo. Nesse sentido, o discurso de medicalização da educação é responsável por realizar o encaminhamento do aluno para o sistema de saúde, que se justifica por meio da expressão médica as dificuldades de aprendizagem do estudante. Pois a maioria das causas do não aprendizado do sujeito ocorre por questões de métodos pedagógicos utilizados pelos professores. Para tanto, realizamos uma investigação bibliográfica com o intuito de analisar o processo de patologização das dificuldades de aprendizagem e suas relações com as tendências pedagógicas que influenciam no processo de patologização e medicalização na educação brasileira, bem como definir os conceitos da medicalização da educação e da patologização das dificuldades de aprendizagem. Após esta etapa, realizamos uma investigação sobre o processo de patologização das dificuldades de aprendizagem na atualidade, através da análise de pesquisas publicadas entre os anos de 2017 a 2022, no banco de Teses e Dissertações de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) e no site do Google acadêmico. A análise deste estudo se desenvolveu na perspectiva crítica da Psicologia Escolar, sobretudo os das teorias da Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica. Subsidiadas por essas discussões o trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: Por que existem práticas patologizantes no contexto escolar contemporâneo, mesmo diante das críticas acerca de sua utilização?. Assim, pode-se concluir por meio das análises da pesquisa que se faz necessário que o sistema educacional crie estratégias que induzam os profissionais a não utilizarem desses processos. Pois, na educação os professores são os principais usuários das práticas de patologização/medicalização das dificuldades de aprendizagem. Que direciona a culpa do fracasso escolar para o reducionismo biológico, ou seja, os problemas que são advindos de inúmeras questões sociais, políticas e econômicas recai apenas para o individualismo da criança. Este estudo justifica-se pela relevância acadêmica, visto que, a patologização se encontra presente no contexto contemporâneo no qual estamos inseridos.

**Palavras-chaves:** Educação. Patologização. Medicalização. Dificuldade de Aprendizagem.



## ABSTRACT

The process of pathologizing learning difficulties is still a frequent practice in the Brazilian educational system. That, in turn, teachers use this phenomenon to diagnose the student with some kind of disorder, in which this corroborates the non-learning of the individual. In this sense, the discourse of medicalization of education is responsible for referring the student to the health system, which is justified by the medical expression of the student's learning difficulties. Because most of the causes of non-learning of the subject occur due to questions of pedagogical methods used by teachers. Therefore, we carried out a bibliographical investigation with the aim of analyzing the process of pathologization of learning difficulties and its relations with the pedagogical trends that influence the process of pathologization and medicalization in Brazilian education, as well as defining the concepts of medicalization of education and pathologization of learning difficulties. After this step, we carried out an investigation into the pathologization process of learning difficulties today, through the analysis of research published between 2017 and 2022, in the database of Theses and Dissertations for the Coordination of Improvement of Higher Education Persons (CAPES ) and on the Google Scholar website. The analysis of this study was developed in the critical perspective of School Psychology, especially the theories of Historical-Cultural Psychology and Historical-Critical Pedagogy. Subsidized by these discussions, the work presents the following research problem: Why are there pathologizing practices in the contemporary school context, even in the face of criticism about their use?. Thus, it can be concluded through the analysis of the research that it is necessary for the educational system to create strategies that induce professionals not to use these processes. Because, in education, teachers are the main users of practices of pathologization/medicalization of learning difficulties. That directs the blame for school failure to biological reductionism, that is, the problems that arise from numerous social, political and economic issues fall only on the child's individualism. This study is justified by its academic relevance, since pathologization is present in the contemporary context in which we are inserted.

**Key-words:** Education. Pathologization. Medicalization. Learning Difficulty.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÃO**

Quadro 1 - Levantamento das dissertações e artigos para análise.....	25
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação Distrito Federal
SP	São Paulo
TCC	Trabalho de conclusão de Concurso
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1</b>	<b>Percurso metodológico da pesquisa.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>PATOLOGIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE HISTÓRICA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Tendências pedagógicas: Pedagogia Tradicional, Pedagogia da Escola Nova e Pedagogia do Aprender a Aprender .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>Patologização das dificuldades de aprendizagem e medicalização da educação.....</b>	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>A PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ATUAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como propósito compreender e analisar acerca de como a escola lida com o fracasso escolar. Verificamos que esta, em determinados momentos, acaba patologizando as dificuldades de aprendizagem dos alunos (COLLARES e MOYSÉS, 1994; MEIRA, 2012; SOUZA, 2011; COLOMBANI, MARTINS e SHIMIZU, 2014). A pesquisa buscou responder o seguinte problema: Por que ainda existem práticas patologizantes no contexto escolar contemporâneo, mesmo diante das críticas de diversos autores acerca da utilização das mesmas?

Historicamente, a educação escolar de qualidade sempre foi privilégio da elite econômica de nosso país, na qual a classe trabalhadora, em sua grande maioria, vivendo à margem da sociedade, recebia um ensino precário que, conseqüentemente, não atendia as suas necessidades. Além disso, diversas teorias que se tornaram hegemônicas buscavam justificar porque os mais pobres não ascendiam socialmente. Estas que, no início do século passado, foram chamadas de higienismo e eugenismo, tiveram importante participação no desenvolvimento de uma educação medicalizante e de uma postura patologizante frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos.

A partir disto, observamos que nos dias atuais ainda tem se propagado o discurso médico e psicológico para justificar o fracasso do aluno na educação escolar, de modo que esses métodos são utilizados pelos professores para atribuir e rotular o aluno como possuindo algum transtorno, levando em consideração apenas seu sistema biológico.

Dessa maneira, ainda nos dias de hoje, mesmo com os debates e produção de conhecimento acerca da temática, cabe enfatizar, a necessidade do professor de conhecer e aprofundar seu conhecimento a respeito das práticas de patologização dentro dos espaços escolares. Nossa hipótese para que este fato ainda ocorra se deve a forma como o ensino é organizado e a difusão de teorias construtivistas no ambiente escolar, devido à ênfase que dão à capacidade cognitiva do educando (ARCE, 2001; DUARTE, 1998, 2006).

A motivação para o desenvolvimento desse estudo surgiu com as observações realizadas nas práticas de estágio, em que muitos professores, diante do fracasso escolar de seus alunos, atribuíam as dificuldades com a aprendizagem a causas orgânicas dos discentes, culpabilizando-os pelo não aprendido. Esse processo, que é conhecido na literatura como patologização das dificuldades de aprendizagem, ocorre visando a retirar a responsabilidade do professor e da escola pelo fracasso escolar dos alunos e transferindo-a para a criança e sua família (MOYSÉS e COLLARES, 1997).

Perante isto, podemos analisar os malefícios que a patologização das dificuldades de aprendizagem traz para a vida da criança. Visto que, o ato de patologização, em sua grande maioria, está associado a atribuir à criança com dificuldade de aprendizagem algum tipo de distúrbio, o que, conseqüentemente, resulta no seu encaminhamento para avaliação psicológica com o objetivo de obter um laudo. Esse processo, que também é conhecido como medicalização da educação, busca justificar através do discurso médico problemas que não são de âmbito médico, como os pedagógicos, por exemplo, (COLLARES e MOYSÉS, 1994).

Dessa forma, com o objetivo de responder a algumas inquietações acerca da patologização das dificuldades de aprendizagem no contexto escolar, e o seu papel no processo de ensino-aprendizagem no atual contexto, a pesquisa buscou apresentar elementos que contribuam para um debate aprofundado no campo da pedagogia, no intuito de compartilhar conhecimento com os discentes e docentes, tendo em vista que, os professores em atuação ainda realizam essas práticas.

Face ao exposto, esta pesquisa objetivou compreender o processo de patologização das dificuldades de aprendizagem no contexto escolar na atualidade. Para tanto, realizamos uma análise histórica do processo de patologização das dificuldades de aprendizagem, bem como dos conceitos de medicalização da educação e de patologização das dificuldades de aprendizagem, de acordo com a literatura da área. Posteriormente, investigamos sobre o processo de patologização das dificuldades de aprendizagem na atualidade, através da análise de pesquisas publicadas entre os anos de 2017 a 2022.

De acordo, com o procedimento metodológico aqui definido, qual seja, o de pesquisa bibliográfica e Estado da Arte, este trabalho insere-se em uma abordagem qualitativa. Vale ressaltar que, para nossas análises, utilizamos o referencial teórico-metodológico oferecido pela perspectiva crítica da Psicologia Escolar, fundamentalmente os das teorias Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica.

A monografia está estruturada em duas seções. Sendo a primeira intitulada, "Patologização das dificuldades de aprendizagem: uma análise histórica", estando dividida em três subseções. Na primeira subseção discute-se acerca do processo histórico para a compreensão da patologização das dificuldades de aprendizagem, que ocorre através do estudo do período do movimento eugenista e higienista no Brasil. Na segunda subseção, discute-se sobre as tendências pedagógicas da pedagogia tradicional, pedagogia da escola nova e pedagogia do aprender a aprender, para o entendimento do processo de patologização das dificuldades de aprendizagem, no que se entende hoje, pois os métodos tradicionalistas, neoliberais e práticas higiênicas ainda são presentes na educação. Na qual, a escola não

consegue analisar de forma crítica as suas ações pedagógicas, que por sua vez culpabiliza os educandos pelo seu fracasso escolar. Na última subseção, discute-se acerca do processo de medicalização das dificuldades de aprendizagem.

A segunda seção, intitulada “A patologização e medicalização das dificuldades de aprendizagem: uma análise das produções atuais” apresenta as análises das pesquisas publicadas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dos artigos referentes à temática, publicados em revistas indexadas, encontrados no site Google Acadêmico.

Nesse contexto, buscamos compreender como ocorre o processo de patologização das dificuldades de aprendizagem e discutir sobre melhores maneiras de atuação frente ao fracasso escolar, que não culpabilizem o aluno.

### **1.1 Percurso metodológico da pesquisa**

Esta pesquisa objetivou realizar um estudo sobre as práticas de patologização das dificuldades de aprendizagem na atualidade. Para tanto, utilizamos a técnica de pesquisa bibliográfica. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 183):

[...] A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências, seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183):

Por ser uma investigação de caráter bibliográfico, podemos afirmar que ela se insere no tipo de abordagem com enfoque qualitativo, que segundo Denzin e Lincoln (2006): “envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.” (p. 747). Esta pesquisa também tem enfoque metodológico no Estado da Arte, que segundo Romanowski; Ens:

[...] podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39):

Assim, primeiramente foi realizada uma análise histórica do processo de patologização das dificuldades de aprendizagem e suas relações com as tendências pedagógicas que influenciam no processo de patologização e medicalização na educação brasileira. Em seguida, analisamos os conceitos da medicalização da educação e da patologização das dificuldades de aprendizagem.

Posteriormente, realizamos uma pesquisa dos trabalhos publicados entre os anos de 2017 a 2022 no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e artigos indexados no site do Google acadêmico, que discutem acerca da patologização das dificuldades de aprendizagem no contexto escolar. Selecionamos os dez trabalhos mais relevantes para nossa discussão. Para realizarmos nossas análises utilizamos os fundamentos da perspectiva histórico-cultural da Psicologia e da Pedagogia histórico-crítica, ambas embasadas pela filosofia marxista materialista histórico-dialética. Segundo Gasparin e Petenucci, seus fundamentos são:

A interpretação da realidade; a visão de mundo; a práxis (prática articulada à teoria); a materialidade (organização dos homens em sociedade para a produção da vida); e a concreticidade (caráter histórico sobre a organização que os homens constroem através de sua história). [...] O princípio básico da lógica dialética é a contradição (tese, antítese e síntese). [...] O movimento dialético parte da realidade empírica (baseada na experiência, no real aparente, o objeto como se apresenta à primeira vista), e por meios de abstrações (reflexões, teorias elaboração do pensamento), chegar ao concreto pensado (compreensão elaborada do que há de essencial no objeto-síntese de múltiplas determinações). (GASPARIN; PETENUCCI, 2008, p. 5)

A partir desses fundamentos observamos como a materialidade determina dialeticamente as práticas educativas, bem como esta reflete no processo de aprendizagem dos educandos. Assim, ao apreendermos as determinações históricas e sociais do processo de patologização das dificuldades de aprendizagem, podemos refletir sobre melhores formas de enfrentamento do fracasso escolar.



## 2 PATOLOGIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

As práticas patologizantes no contexto educacional advêm de determinações históricas e sociais que dialeticamente induzem educadores a reproduzi-las no âmbito escolar. Deste modo, as análises empreendidas direcionam para a compreensão do processo histórico de patologização das dificuldades de aprendizagem da criança enquanto ser social na construção do seu processo ensino-aprendizagem. Diante disso, é preciso compreender o termo patologização, que segundo Colombani, Martins e Shimizu pode ser definido como:

[...] ato de patologizar -, que vem de patologia, cuja origem é a palavra grega Pathos, que significa, principalmente, ‘passividade, sofrimento e assujeitamento’. A expressão utilizada, no latim, na forma patere, significa ‘sofrimento, paixão’ (no sentido de passividade). Se as palavras forem analisadas, será fácil perceber que elas são interligadas e trazem uma conotação de sofrimento. [...] é uma potência que caracteriza o paciente, mas não um poder-operar, e sim um poder tornar-se, isto é, a suscetibilidade que fará com que nele ocorra uma nova forma de movimento, ocupando a posição passiva receptora. (COLOMBANI, MARTINS; SHIMIZU, 2014, p. 201).

Assim, para entender acerca da patologização das dificuldades de aprendizagem, é necessário investigar o processo histórico de sua constituição. Segundo Alves e Pizolati (2019), o final do século XIX e início do século XX foi um período marcado pelo movimento eugenista e higienista, que teve grande influência na educação escolar do país: “A educação eugênica seria desenvolvida no intuito de criar uma subjetividade de ordem biossocial, cuja orientação educacional adequada caberia aos pedagogos em um trabalho a ser realizado concomitantemente com médicos sanitaristas, eugenistas e psiquiatras.” (p. 436).

A eugenia foi responsável por auxiliar na fundamentação e criação do movimento de higienização no Brasil durante os séculos XIX e XX, período em que o mau desempenho da sociedade e a sua desorganização social eram a principal fonte do alastramento das doenças. É importante ressaltar que, o discurso eugênico era voltado para a “melhoria da espécie” através de seu embranquecimento. Nesse sentido, o Brasil era visto como um país "impuro" devido a sua miscigenação e a sua grande população negra, o que era entendido como um "problema" para o desenvolvimento do país e conseqüentemente a causa do seu “atraso”. Nessa perspectiva, entende-se que:

A miscigenação era uma questão que separava os adeptos da eugenia “branda”, normalmente vista em associação com políticas educacionais e de saúde preconizadas pelo movimento sanitarista, e os adeptos da eugenia “dura”, que defendiam medidas como a esterilização forçada dos criminosos e doentes mentais e leis de controle dos matrimônios para evitar a miscigenação. (ALVES; PIZOLATI, 2019, p. 432).

Nesse contexto, o discurso eugênico defendia que a miscigenação era um dos fatores responsáveis pela degenerescência do indivíduo e pela sua “impureza”, considerando-a uma raça "inferior". Deste modo, era necessário criar métodos por meio das políticas educativas para conscientização desses indivíduos dos cuidados com o corpo e a mente. Nesse sentido, a criação do movimento higienista seria importante para auxiliar na construção de um país melhor, com uma população “saudável”, livre das doenças e miscigenação, com o objetivo de tornar-se “limpo” e “puro”.

O discurso médico higiênico acompanhou toda reformulação econômica e política que vinha acontecendo no Brasil entre os séculos XIX e XX. Nesse momento, a economia do país estava se modernizando para urbano comercial, resultando no êxodo rural, em que grande parte da população campesina buscava por melhores condições de vida nos centros urbanos.

Com o aumento desta população houve uma mudança na forma de organização urbana, agora não mais ocupada apenas por uma elite, fato que gerou incômodo a classe burguesa. Desse modo, na busca por uma sociedade melhor e que atendesse às expectativas da minoria da elite dominante, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Higiene no Brasil em 1923, no qual:

[...] os principais articuladores do movimento da higiene social tomaram para si a tarefa de proteger higienicamente a coletividade, *em nome da ordem, e contra a anarquia do liberalismo, dos ideais igualitários, da promiscuidade e decadência urbanas*. Considerou sua atribuição a criação dos hábitos sadios, o combate às "taras sociais" e a realização das grandes aspirações sanitárias do Estado: a robustez do indivíduo e a virtude da raça. (MANSANERA; SILVA, 2000, p. 119).

Os higienistas acreditavam que não era possível desenvolver economicamente e socialmente o país sem antes livrar a população dos seus hábitos considerados “impuros”. Além disso, defendiam que, para tanto, não era aceitável ter uma nação com uma grande parte dos cidadãos considerados de raça “inferior” e “contaminada” pela mestiçagem, como os brasileiros. Por conta disso, os higienistas acreditavam que poderiam criar uma população “pura” através das concepções da eugenia. Segundo Mansanera e Silva:

Eugenia foi o termo "inventado" por Francis Galton (1822-1911), fisiologista inglês, para designar a ciência que trata dos fatores capazes de aprimorar as qualidades hereditárias da raça humana. Afirmava ele que os seres humanos, assim como os animais, poderiam ser melhorados através da seleção artificial. Em seus estudos, Galton procurou demonstrar que a genialidade individual ocorria com excessiva frequência em famílias de eminentes intelectuais. Um dos objetivos de Galton era encorajar o nascimento de indivíduos mais eminentes ou capazes, e desencorajar o nascimento dos incapazes. (MANSANERA; SILVA, 2000, p. 119).

Mesmo com grandes críticas por parte dos autores daquela época que eram contra as condutas defendidas pelos eugenistas e higienistas ainda se perpetuava as práticas de seleção

natural na qual visava o melhoramento da raça através do discurso médico. Para os psiquiatras e médicos essas práticas foram de suma relevância para seus estudos acerca do melhoramento da espécie. Assim, criado em 1919 o Centro Eugênico no Brasil, desenvolvido pela sociedade brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, tendo como objetivo acabar com o crescimento dos degenerados que vinha se expandindo pelo país.

Em função disso, a eugenia teve decisiva influência nas práticas higiênicas e sanitárias até meados dos anos 1940. Isso porque, os higienistas acreditavam na possibilidade de obter uma melhora mental, física e racial das futuras gerações por meio do domínio da seleção natural, ou seja, era essencial encontrar o que havia de “errado” com a humanidade e por meio deste “erro” encontrar soluções para “melhorar” e “aperfeiçoar”. Conseqüentemente, eliminar e corrigir os “defeitos” encontrados na espécie humana para obter uma população “limpa” e “superior”.

Para auxiliar nesse processo de transformação da sociedade, a escola passa a ser o local para iniciar as intervenções e combater as “desordens” sociais. Por essa razão, o método higienista era visto como a solução para disciplinar e restaurar o núcleo familiar daquelas famílias consideradas “inferiores/desajustadas” advindas principalmente da classe trabalhadora. Nesse contexto, transformação seria realizada por meio do poder médico, estes viam na educação escolar o lugar propício para inserir, através de práticas educativas, a ordem social. Nessa direção:

Pensou-se a escola como o local apropriado que pudesse dar continuidade à ordem social. A ética e os valores ordenavam às condutas no convívio social, modelando o indivíduo para que sua vida privada e familiar seguisse atrelada aos anseios políticos de uma determinada classe social, a burguesia. (LUENGO, 2009, p. 23).

Destarte, o papel da educação higiênica era voltado para o cuidado com o corpo de forma individualizante, ou seja, o sujeito era responsável por cuidá-lo e higienizá-lo, privando-se do consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo, prostituição, entre outros. Isso porque, tais costumes eram considerados “impudicos” e, em função disto, os higienistas acreditavam que era necessária uma intervenção desde a infância, para que quando esse sujeito chegasse à idade adulta já tivesse aprendido e internalizado esses conceitos, bem como estivessem de acordo com o modelo de sociedade “limpa” e “ajustada” que esperavam formar no país. Essas condutas seriam “[...] conquistadas através da violência punitiva dos castigos físicos, o que produziu uma crescente tendência à culpa, fazendo com que o sujeito tivesse um autocontrole opressivo sobre si” (LUENGO, 2009, p. 23).

Nesse sentido, a escola higiênica teria como função auxiliar na educação e desenvolvimento do cidadão, buscando ter em seu espaço alunos que fossem amáveis e que fossem capazes de entender seu dever como cidadão. Assim, por meio das análises médicas os professores poderiam propor ensinamentos com o intuito de modificar os hábitos das novas e das futuras gerações, para que assim obtivessem uma sociedade melhor e equilibrada. Nessa perspectiva, entendia-se a importância da utilização dos termos médicos e psicológicos para educação, uma vez que:

[...] Era difundida a ideia de que o sistema educacional deveria aplicar os conhecimentos da Psicologia no tocante à mensuração e à verificação da capacidade mental do aluno, para que este pudesse ser mais bem atendido e melhorasse o seu rendimento escolar. Diante disso, os laboratórios de Psicologia eram muito úteis à educação, assim como os laboratórios médicos o eram para o clínico. (MANSANERA; SILVA, 2000, p. 124).

A escola era o campo de estudo para as práticas médicas e psicológicas fazendo com que os profissionais realizassem testes de Q.I com as crianças e as separassem de acordo com os resultados obtidos. Os higienistas queriam provar por meio da escola a sua relevância para contribuir com a higiene mental por meio da prevenção. Assim, preparando os professores e as escolas para um novo modelo de sistema educacional que viria a ser criado através das concepções médicas e psicológicas que auxiliariam no desenvolvimento de conteúdos e análises pedagógicas.

Desta maneira, os conceitos psicológicos e médicos tinham foco apenas no organismo do sujeito de forma que a escola seria “disciplinar”, no intuito de moldar os sujeitos. Uma vez que, os processos pedagógicos, além de transmitir informações, também seriam responsáveis por formar cidadãos que tivessem uma boa convivência social.

## **2.1 Tendências Pedagógicas: Pedagogia Tradicional, Pedagogia da Escola Nova e Pedagogia do Aprender a Aprender**

Tendo em vista a discussão aqui abordada, buscamos investigar como as dificuldades de aprendizagem foram tratadas em cada momento histórico. Assim, para um melhor entendimento acerca dessas práticas decidimos discutir sobre a Pedagogia Tradicional, na qual havia o movimento eugenista e higienista no Brasil, visto que esse fenômeno foi importante para entender sobre a patologização e medicalização da educação nesse período. Ressalta-se, também, a importância de discutirmos sobre a Pedagogia da Escola Nova e do Pedagogia do Aprender a Aprender. Isso porque, apesar de distantes no tempo em que ocorreram, partem da

mesma concepção de construção do conhecimento pelo próprio aluno para fundamentar suas práticas, o que acaba valorizando a capacidade cognitiva do aluno.

Vale, ainda, ponderar que existem outras tendências pedagógicas, entretanto para este estudo o recorte é somente sobre as três citadas acima, pois a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia da Escola Nova e a Pedagogia do Aprender a Aprender trouxeram importantes subsídios para entender o contexto em que se desenvolveu a patologização das dificuldades de aprendizagem.

A pedagogia tradicional teve seu início no século XIX e perdurou até meados do século XX. A pedagogia tradicionalista compreende o homem como indivíduo passivo que por meio da escola e do ensino deveria ser convertido em cidadão. A aprendizagem era vista como processo cumulativo em que as informações e conteúdos deveriam ser repassados seguindo a ordem dos mais simples para o mais complexo.

Esse modelo de ensino é marcado pela massificação e pela homogeneização da aprendizagem, ignorando as diferenças do indivíduo. Assim, os métodos pedagógicos utilizados pelos professores eram baseados em questões técnicas e mecânicas por meio de conteúdo expositivo. Dessa maneira, de acordo com Borba (2014) a didática tradicional define-se por dar lições e tomá-las; na relação pedagógica, ignoram-se os elementos afetivos e sociais entre professor e aluno, dado que:

[...] a concepção defendida pela pedagogia tradicional, diminui o papel da educação, do educador, e do currículo, pois a questão de aprender ou não já está determinada geneticamente. Nessa perspectiva, o entendimento é o de que a educação, pouco altera as determinações inatas, subestimando a capacidade intelectual do indivíduo, na medida em que seu sucesso ou fracasso depende quase exclusivamente de seu talento, aptidão, dom ou maturidade. Portanto não atribuem valor a educação e ao papel interveniente e mediador do professor. Consequentemente, o desempenho dos alunos na escola deixa de ser responsabilidade do sistema educacional, limitando o papel da educação em detrimento ao desenvolvimento individual. (VIDOTTI; AFONSO, 2008, p. 10-11).

Perante o exposto, a pedagogia tradicionalista se tornou uma crescente decepção, visto que, além de não conseguir efetuar seu propósito de universalizar o ensino, pois até os bem-sucedidos não conseguiam se adaptar e se encaixar ao tipo de sociedade que se buscava almejar e, devido ao volume de críticas que receberam essa escola e modelo de ensino entra em decadência.

Em vista disso, de acordo com Bortoloti e Cunha (2013), em 1930 surge o Movimento da Escola Nova, que teve destaque a partir do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, tendo como um dos personagens principais da sua criação Anísio Teixeira. Esse movimento tinha como propósito, de acordo com Cavaliere (2002) “à articulação da educação

intelectual com a atividade criadora, em suas mais variadas expressões, à vida social-comunitária da escola, à autonomia dos alunos e professores; à formação global da criança” (p. 251).

A escola nova tinha como objetivo contrapor os conceitos defendidos pela pedagogia tradicionalista em função de que esse movimento defendia um novo modelo de ensino, buscava por meio da psicométrica achar respostas para os problemas educacionais. Sendo considerado um dos métodos fundamentais para auxiliar no processo de avaliação da aprendizagem do aluno.

Desse modo, tanto a Pedagogia da Escola Nova quanto a Pedagogia do aprender a aprender tem em suas concepções de aprendizagem similaridades, pois ambas focalizam apenas na parte cognitiva do aluno, na qual o estudante é responsável por construir seu próprio processo de aprendizagem. Assim, na concepção construtivista a educação tem o papel na preparação do indivíduo de forma que este desenvolva estruturas cognitivas que possibilitem ajustar-se ao meio que está em constante mudança (DUARTE, 2006).

Neste contexto, cabe enfatizar acerca das tendências pedagógicas de orientação neoliberal (DUARTE, 2006) que vêm sendo instauradas no Brasil desde a década de 1990. As reformas neoliberais afetaram tanto as questões sociais quanto econômicas do país, visto que, essas reformas foram substanciais para conduzir e compreender a forma de organização do modelo de educação escolar no Brasil naquele período, além disso, essas mudanças foram essenciais para auxiliarem na concepção das atuais tendências pedagógicas hegemônicas.

Em virtude disso, foi realizada em 1990 a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien), na Tailândia, que tinha como objetivo a expansão da educação básica nos países que eram considerados em desenvolvimento, assim sendo difundido nesse período o lema da Pedagogia do "aprender a aprender". Pois, de acordo com Ipolito (2020, apud SAVIANI, 2013, p. 66-67).

[...] o lema “aprender a aprender” na atual configuração de mundialização da economia, que denota imprevisibilidade do mercado e da diminuição de postos de trabalho, sugere a constante necessidade de atualização do trabalhador, em que o mais importante não seria conhecer (já que o mundo está em rápida transformação, assim como o conhecimento), mas “aprender a aprender” e ser adaptável às novas exigências que se colocam. (IPOLITO, 2020, apud SAVIANI, 2013, p. 66-67).

Na atualidade, o processo de patologização das dificuldades de aprendizagem também é reforçado pelas tendências pedagógicas neoliberais, na qual focalizam apenas nas capacidades cognitivas do aluno. Fazendo com o mesmo seja responsável por construir seu próprio

conhecimento científico no decorrer do processo de ensino aprendizagem, e por meio destes conceitos seja capaz de “aprender a aprender”.

Este modelo de ensino defende a ideia da apreensão acerca dos conceitos do que se entende sobre verdade, na qual, essa representação está em constante mudança, ou seja, é dever do aluno aprender e responsabilizar-se pelo seu próprio processo de ensino aprendizagem, ao longo da rápida transformação de mundo no qual a criança está inserida. “Por isso, na educação, a ênfase recai para a análise de como a criança constrói seu próprio aprendizado, como aprende a aprender” (IPOLITO, 2020, p. 67-68).

Face ao exposto, a pedagogia do aprender a aprender tem como foco de análise a aprendizagem que é adquirida pelo educando. Conforme explica, Ipolito (2020), na pedagogia do aprender a aprender o aluno é visto como responsável por construir seu próprio processo de aprendizagem. Desta forma, o professor é apenas auxiliar no processo de aprendizagem do aluno, ocorrendo, assim, um prejuízo no vínculo afetivo entre ambos.

Nessa direção, a análise de todo processo histórico do período higienista, da pedagogia tradicional, da pedagogia da escola nova e, mais recentemente, da pedagogia do aprender a aprender, foram fundamentais para compreensão do que se entende hoje por patologização das dificuldades de aprendizagem. Isso porque, métodos tradicionais, individualizantes e práticas higiênicas ainda estão presentes na educação. Esse fenômeno faz com que a escola não consiga analisar de forma crítica as suas práticas pedagógicas, que acabam culpabilizando os educandos pelo seu fracasso escolar e pelo fato de não estarem conseguindo se desenvolver durante seu processo de aprendizagem.

Posto isto, entender as práticas pedagógicas ao longo da história permite reconhecer que as dificuldades de aprendizagem podem ser provenientes de inúmeras questões, tais como as questões econômicas e/ou políticas, pedagógicas, institucionais, ideológicas, dentre outras. Logo, o direcionamento de metodologias ineficazes, desconsidera o real problema que impede o processo de aprendizado do aluno.

A seguir, a próxima subseção busca entender a complexidade e os impactos causados pela patologização das dificuldades de aprendizagem na vida do aluno e as consequências da medicalização da mesma.

## 2.2 Patologização das dificuldades de aprendizagem e medicalização da educação

O processo de patologização das dificuldades de aprendizagem, como vimos, ainda é bastante frequente nas instituições de ensino. Isso vem ocorrendo através de discursos medicalizantes, que visam a justificar o fracasso escolar por meio do diagnóstico de transtornos e distúrbios de aprendizagem, que seriam os responsáveis pelo fracasso escolar do aluno.

Nesta perspectiva, a medicalização busca analisar as questões sociais apenas pela perspectiva da biologização dos conflitos sociais, redirecionando o problema para as questões do reducionismo biológico. Collares e Moysés (1994) em sua obra *A Transformação do Espaço Pedagógico em Espaço Clínico (A Patologização da Educação)*, trazem discussões a respeito da retratação da situação de vida e o destino de indivíduos e grupos que são meramente reduzidos a características individuais, não levando em consideração o coletivo, fato que consequentemente induz ao ato da patologização e medicalização das dificuldades de aprendizagem. Segundo Collares e Moysés:

[...] A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do indivíduo, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do individual e do coletivo. [...]. (COLLARES; MOYSÉS, 1994, p.25)

Nesse sentido, observamos que a medicalização de crianças na educação básica vem crescendo demasiadamente. Deste modo, cabe ressaltar que, a medicalização advém da ação de transformar problemas de caráter político, econômico e social, em questões médicas, como se o problema da dificuldade de aprendizagem estivesse ligado a algo meramente clínico. Diante disto:

Tanto a descrição do transtorno quanto o tipo de sintomas que sustentam o seu diagnóstico revelam a falta de uma análise crítica sobre as relações entre os fenômenos que ocorrem na educação e o contexto histórico-social que a determina. Sem essa reflexão, o resultado é inevitável: muitas crianças absolutamente normais podem iniciar uma “carreira” de portadores de dificuldades de aprendizagem. (MEIRA, 2012, p. 138).

Logo, a falta de uma visão crítica do docente em relação ao contexto familiar e social da criança, ocasiona uma ação errônea de encaminhar os alunos para receber um diagnóstico de “transtorno” por suas dificuldades de aprendizagem, estes que, por sua vez, são atribuídos através de laudos médicos que, muitas vezes, consideram apenas o aspecto biológico do indivíduo. Diante do exposto, concordamos com Meira (2012), ao afirmar que grande parte das



crianças são rotuladas e diagnosticadas sem ter de fato algum tipo de transtorno intelectual. Devido a esses diagnósticos precoces o número de crianças que são medicadas vem se expandindo consideravelmente ao longo dos anos. Conforme aponta Meira:

De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa dos usuários de Medicamentos – IDUM, nos últimos anos o consumo do metilfenidato aumentou em 1616%. Em 2000 foram vendidas 71 mil caixas e em 2008 esse número chegou a 1.147.000 (um milhão e cento e quarenta e sete mil) caixas (MEIRA, 2012, p. 138).

Mediante a discussão, pode-se analisar o impacto que isso traz para vida da criança, sendo que ao retirar as atribuições do sistema político, social, econômico e educacional, a responsabilidade recai para o aluno. Em função disto, tem-se influências negativas no processo de ensino aprendizagem da criança, já que não se trata apenas de questões biológicas, mas, sim, das transformações sociais. Desse modo, o professor compreende que a criança precisa estar inserida no padrão “convencional” que é imposto pela sociedade e quando este não se encaixa nesse modelo pré-estabelecido, logo ela será excluída do convívio com as outras crianças e será considerada uma pessoa “anormal”.

Dessa maneira, é importante para o docente entender que as crianças não irão se adaptar de forma efetiva e rapidamente às normas e regras institucionais que lhe são impostas dentro da sala de aula, visto que, antes de adentrar esse espaço a criança possuía outros hábitos e cultura. Vale ressaltar assim, que não é possível o desenvolvimento de atividades pedagógicas disciplinares em sala de aula sem a devida organização, conforme explica Meira (2012): “[...] ela (a disciplina) é importante apenas quando construída cotidianamente com a finalidade de se colocar a serviço da função social da escola: socializar conhecimentos e desenvolver pensamento crítico.” (p. 139). Nesse sentido:

[...] não se trata de esperar que as crianças naturalmente sejam atentas na escola, independente dos conteúdos, da qualidade do trabalho pedagógico e das necessidades e possibilidades do desenvolvimento infantil. É preciso que os professores auxiliem cada criança a desenvolver cada vez mais a consciência e o controle sobre seu próprio comportamento de tal forma que ela possa se propor, de modo intencional e deliberado, a focalizar sua atenção no processo de apropriação dos conteúdos escolares. (MEIRA, 2009, p. 3).

Ao realizar a análise do processo de escolarização, a partir de uma visão crítica do conjunto de relações sociais e históricas que são estabelecidas na escola, retira-se o olhar patologizante e medicalizante das dificuldades de aprendizagem do aluno, sendo possível, apreender o que, de fato, tem corroborado para a não aprendizagem do alunado, dado que:

[...] A análise do fracasso escolar tem como um de seus principais argumentos, o fato de que os problemas de aprendizagem incidem maciçamente sobre as crianças das

classes populares e é sobre elas que durante décadas recaem as explicações a respeito dos chamados problemas de aprendizagem: ou porque apresentam problemas psicológicos, ou biológicos, ou orgânicos ou mais recentemente, socioculturais; bem como analisando o caráter ideológico e repleto de equívocos presentes nessas explicações, resultado de concepções preconceituosas a respeito do pobre e da pobreza no Brasil (SOUZA, 2011, p. 4).

Por esse motivo, é relevante repensar as práticas pedagógicas utilizadas dentro das instituições educacionais, observando que as causas do fracasso escolar não estão somente no organismo da criança, analisando, assim, todas as múltiplas determinações do processo. Isso porque, quando o foco passa a ser o indivíduo que não aprende, e não os métodos pedagógicos, as relações institucionais da escola, as determinações políticas e econômicas, etc., a consequência é o diagnóstico de distúrbios e transtornos de aprendizagem que, em sua maioria, ocorrem em crianças que são oriundas das camadas mais pobres da classe trabalhadora.

Assim, por meio desse processo deve-se buscar analisar o que de fato está acontecendo para que a criança não esteja aprendendo, permitindo identificar diversos princípios associados à instituição que colaboram com o fracasso escolar, tais como as questões políticas, estruturais e individuais.

Portanto, as análises e leituras realizadas (MEIRA 2009, 2012; SOUZA, 2011; COLLARES; MOYSÉS, 1994) foram fundamentais para a compreensão acerca da patologização e o processo de medicalização das dificuldades de aprendizagem. Com isso as concepções da perspectiva histórico-cultural da Psicologia e da Pedagogia histórico-crítica proporcionam uma reflexão acerca das práticas pedagógicas e da normatização das condutas do professor no processo educacional.

Desta forma, a medicalização está cada vez mais presente na educação, transformando questões de caráter não médicos em médicos, deixando claro o real significado das relações do modo de produção capitalista, onde a indústria farmacêutica propaga o discurso ideológico medicalizante que visa apenas à reprodução do capital. Além disso, essa concepção possibilita um consenso em torno da crença de que o fracasso escolar de muitos alunos é causado por transtornos que devem ser tratados pela via medicamentosa, como defendem as indústrias farmacêuticas que, evidentemente, estão mais interessadas em vender medicamentos do que em contribuir para compreensão da real causa das dificuldades de aprendizagem.

A segunda seção deste trabalho busca entender e analisar as produções atuais que estudam sobre a patologização e medicalização das dificuldades de aprendizagem, compreendendo sobre a complexidade e os impactos desses processos e as consequências na vida da criança.

### 3 A PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ATUAIS

Esta seção tem como objetivo expor as análises das dissertações selecionadas do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como dos artigos pesquisados na plataforma digital do Google acadêmico. Delimitou-se para esta investigação as obras publicadas entre os anos de 2017 a 2022, em especial artigos e dissertações que analisam o problema referente a patologização e medicalização das dificuldades de aprendizagem, particularmente aqueles relacionados com o fracasso escolar. Deste modo, pretendemos discutir sobre o processo de patologização das dificuldades de aprendizagem na atualidade, por meio das análises das pesquisas publicadas. Para melhor sistematização, organizamos uma tabela referente ao levantamento bibliográfico realizado, que pode ser consultada abaixo:

Quadro 1 - Levantamento das dissertações e artigos para análise

<b>TÍTULO DO TRABALHO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>FORMATO DO TRABALHO</b>	<b>ANO</b>
Psicologia escolar e patologização da educação: concepções e possibilidades de atuação	Camila Moura Fé Maia	Universidade de Brasília Instituto de Psicologia	Dissertação	2017
Como os processos de medicalização respondem às políticas públicas e avaliações externas: um olhar a partir do discurso de uma escola de alto IDEB	Amanda Trindade Garcia	UNESP – Universidade Estadual Paulista Campus de Marília	Dissertação	2019
Discursivização sobre indisciplina e doenças do não se comportar nos				

anos iniciais do ensino fundamental na perspectiva da medicalização da educação	Edmilson Fernandes Doirado	UNESP – Universidade Estadual Paulista Campus de Marília	Dissertação	2020
Concertar para aprender: os impactos do discurso patologizante na educação	Flávia Luíza de Freitas Albuquerque	Universidade Federal de Minas Gerais	Dissertação	2021
Medicalização de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, na perspectiva da escola e da família: análise a partir da Psicologia Histórico-Cultural.	Carla Cristina Castro Araujo	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Unidade Universitária de Paranaíba	Dissertação	2022
Da queixa ao diagnóstico de crianças com distúrbios de aprendizagem	Mayara Thaíse Dal Pasquale Amaral	Universidade Estadual de Maringá Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Dissertação	2022
Patologização e Medicalização da Educação	Karla Paulino Tonus; Laís Fernandes Silva	IV Congresso de Educação Profissional e Tecnológica – CONEPT. Araraquara	Artigo	2018

Educação, patologização e medicalização: é possível quebrar essa corrente?	Claudia C.G. Santana; Lucas Rocha Gonçalves	Educ. foco, Juiz de Fora, v. 24	Artigo	2019
Os problemas de aprendizagem e a patologização da educação na atualidade: reflexões a partir da psicologia e da educação	Claudio Sardinha Pontes Junior; Rita Melissa Lepre	Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 17	Artigo	2020
Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional	Ana Carla Cividanes Furlan Scarin ; Marilene Proença Rebello de Souza	Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil, Psicologia Escolar e Educacional	Artigo	2020

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Para dar início às análises empreendidas neste capítulo, faz-se necessário discorrer acerca do processo de patologização das dificuldades de aprendizagem, visto que, este é um fenômeno que está cada vez mais presente na sociedade, sendo encontrado principalmente no sistema educacional. Nesse contexto, o professor acaba culpabilizando o fracasso escolar do aluno por meio da estereotipação e biologização do sujeito, ou seja, atribui a essa criança algum tipo de distúrbio que interfere no seu processo de aprendizagem.

Por meio das pesquisas bibliográficas realizadas no banco de teses e dissertações da CAPES e Google Acadêmico, pode-se observar o que os autores vêm abordando nos trabalhos a respeito da temática investigada. Nesse sentido, o primeiro trabalho analisado, trata-se de uma dissertação realizada por Albuquerque (2021), na qual a autora busca compreender acerca do discurso frente ao fracasso escolar que são advindo dos processos de patologização.

Desta maneira, buscando investigar esse fenômeno, Albuquerque (2021) realizou entrevistas semiestruturadas em uma instituição de ensino fundamental de uma escola pública na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais. As entrevistas ocorreram no setor multiprofissional deste local de ensino, que segundo a autora se assemelha a uma clínica psicopedagógica. Os resultados apontados pela pesquisadora mostraram que a trajetória do setor multiprofissional da instituição foi construída por meio de um fundamento de punição e disciplina dos alunos.

Para realizar as análises deste estudo ela utilizou os pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural de L. S. Vigotski e da Etnografia em Educação. Nesse contexto, os resultados da pesquisa indicaram que as demandas recebidas pelo setor multiprofissional eram, em sua grande maioria, queixas afetivas ou comportamentais, sendo que, as questões sobre as demandas das dificuldades de aprendizagem quase não apareciam. Assim, o papel dos profissionais da escola e do setor multiprofissional ocorria de forma individual revelando ações patologizantes.

De fato, como aponta Meira (2012), esse fenômeno vem acontecendo no sistema educacional há décadas, pois os professores querem ser recebidos em sua sala de aula por alunos doutrinados e disciplinados, não levando em consideração o contexto social em que a criança está inserida e, tampouco, que, para se ter disciplina em sala de aula, é preciso trabalhar esses aspectos juntamente com a criança no âmbito escolar. Desta maneira, os professores acabam patologizando os alunos ao culpabilizá-los por não conseguirem se comportar em sala, atribuindo a eles algum tipo de distúrbio, em outras palavras, considerando apenas o sistema biológico do indivíduo.

O segundo trabalho analisado, trata-se de uma dissertação realizada por Amaral (2022). Esta pesquisa ocorreu no município de Campo Mourão/SP em uma instituição de ensino público. A pesquisadora buscou entender por meio da pesquisa as relações hegemônicas e contra-hegemônicas a respeito da medicalização/patologização e sua ligação com o fracasso escolar. Com isso, o intuito foi compreender o processo que leva ao diagnóstico e estereotipação de crianças que possuem algum distúrbio ou dificuldade de aprendizagem no contexto escolar e como a escola identifica, avalia e encaminha para o setor de saúde esses indivíduos. As análises foram feitas a partir dos pressupostos da teoria histórico-cultural, mediante o levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo com professores e professoras responsáveis pelas crianças diagnosticadas pelos médicos.

Essa pesquisa foi motivada pelo aumento de diagnósticos de transtornos ou distúrbios de aprendizagem de crianças com dificuldade de aprender, que vem sendo apontado pela

literatura, tais como Colombani, Martins e Shimizu (2014), Meira (2009, 2012), Collares e Moysés (1994), que descrevem em suas pesquisas importantes reflexões a respeito do processo de patologização e medicalização das dificuldades de aprendizagem, que por sua vez são práticas presentes no sistema educacional na atualidade.

Assim, podemos compreender, segundo pesquisa de Amaral (2022), que os processos de patologização e medicalização partem do pressuposto de que o desenvolvimento humano é unicamente dependente de condições biológicas, desconsiderando, desta maneira, o papel do processo de ensino-aprendizagem na formação das funções psicológicas superiores do sujeito, como a atenção voluntária, por exemplo. Nesta perspectiva, Amaral (2022) conclui que diagnosticar as crianças não resolve o problema do não aprendido, mas sim, corrobora com a medicalização/patologização do processo educativo.

Neste sentido, observou-se, através da pesquisa de Amaral (2022) que a patologização apontada por Collares e Moysés (1994) e Meira (2009, 2012) continua acontecendo, sendo que, o processo de diagnosticar e medicalizar na educação ainda são frequentes na atualidade. Assim pode-se realizar importantes observações desses processos que levam o professor a patologizar/diagnosticar e conseqüentemente medicalizar a criança por meio de uma visão clínicista e organicista.

Dessa forma, faz-se necessário, conforme Albuquerque (2021) e Souza (2011) entendermos os processos que contribuem para o fracasso escolar e as conseqüências da medicalização para a vida da criança, sendo que essas são tratadas, desde a infância, com altas quantidades de medicamentos que trazem efeitos colaterais e prejuízos para seu corpo pelo resto de sua vida.

O terceiro trabalho analisado, trata-se de uma dissertação realizada por Maia (2017). Nesta obra a autora objetivou identificar o aumento dos índices de diagnósticos de diferentes transtornos que vem sendo realizados no ambiente escolar, os quais fazem a utilização das antigas práticas de patologização das dificuldades de aprendizagem no processo educacional. Em virtude disso, Maia (2017) procura entender as concepções e práticas dos psicólogos escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e o que entendem sobre o processo de patologização da educação.

Para realizar as análises dessas concepções a pesquisadora se fundamentou na perspectiva da psicologia materialista dialética de Vigotski e Wallon. O trabalho teve como metodologia grupos de discussões sobre as práticas profissionais, que são inspirados no método Balint. A pesquisa de campo ocorreu através de cinco encontros em uma cidade localizada no Distrito Federal com nove psicólogos escolares. Assim, a autora concluiu identificando a

importância de se ter espaços que possibilitem a escuta e a troca de conhecimento desses processos, permitindo com que esses profissionais reflitam acerca de sua atuação profissional, e possam transformá-la.

O quarto trabalho analisado, trata-se de um artigo realizada por Junior e Lepre (2020), o qual objetivou refletir sobre os processos históricos, sociais, subjetivos, psicológicos e políticos nos quais está inserido o cenário do sistema educacional brasileiro, permitindo assim, reflexionar acerca dos problemas das dificuldades de aprendizagem e do processo de patologização da educação.

Para realizar as análises Junior e Lepre (2020) desenvolveram um levantamento bibliográfico dos trabalhos que discutem sobre a Psicologia escolar/educacional crítica, que por sua vez contestam e problematizam algumas teorias presentes no processo de constituição da educação brasileira. Deste modo, concluem que os processos de patologização e medicalização vão colaborar para as ações que levam ao fracasso educacional, pois as práticas patologizantes que se caracterizam pelo reducionismo biológico acabam por culpabilizar o próprio sujeito e o grupo familiar a qual é pertencente pela sua dificuldade de aprender. Assim, Junior e Lepre (2020) ressaltam a importância de se refletir sobre os métodos pedagógicos na formação de professores e os problemas de ensino que envolvem a patologização.

Com efeito, Meira (2012) ao realizar uma análise crítica dos processos de patologização e medicalização das dificuldades de aprendizagem, identificou problemas advindos das questões sociais, políticas e econômicas. Entretanto, aponta que tais questões são mascaradas pelo sistema educacional, ocasionando a patologização das dificuldades de aprendizagem. Pode-se analisar essas práticas que validam o fracasso escolar na obra de Albuquerque (2021) que traz um estudo sobre a contribuição do processo de patologização para o fracasso escolar.

O quinto trabalho analisado, trata-se de um artigo realizado por Scarin e Souza (2020). As autoras apresentam um estudo da constituição histórica, cultural e social da educação que são responsáveis por transformar as dificuldades de aprendizagem e de comportamento vivenciadas durante o processo educacional em problemas individuais. Ou seja, que defendem que se a criança não consegue aprender é devido a questões proeminentemente biológicas ou orgânicas dela.

O foco da análise de Scarin e Souza (2020) consiste na análise da reprodução do discurso médico-científico, este que entende as dificuldades de aprendizagem como sendo resultado de questões médicas ou psicológicas. Desta forma, para analisar esse processo as autoras realizaram um levantamento bibliográfico na plataforma do Google pesquisando os seguintes sites: MEDLINE, PubMed, LILACS, SCIELO, PsycInfo.



As discussões realizadas por Scarin e Souza (2020) sobre o discurso médico vão ao encontro do que defendem Collares e Moysés (1994), de que o sistema educacional acaba utilizando justificativas patologizantes para o não aprendizado dos alunos com o objetivo de retirar da instituição a responsabilidade por esse processo. Isso ocorre quando se explica as causas pelo fracasso escolar a partir do discurso médico e psicológico, ou seja, de que este seria produzido por questões orgânicas ou emocionais do indivíduo.

O sexto artigo analisado, trata-se de uma pesquisa realizada por Santana e Gonçalves (2019). Neste trabalho, os autores apresentam uma reflexão acerca dos princípios epistemológicos do saber biologizante/classificatório e os resultados de seu exercício para o entendimento em torno das práticas educativas com foco na patologização de crianças. Dessa maneira, Santana e Gonçalves (2019) procuram analisar a forma que o saber médico é utilizado pelos métodos de medicalização, e como conseguem responder às exigências referentes à aprendizagem escolar.

Sendo assim, Santana e Gonçalves (2019) concluem que os princípios epistemológicos do fenômeno biologizante e classificatório do indivíduo no decorrer do seu processo de aprendizagem, são consequências do processo de patologização das dificuldades de aprendizagem, assim ressaltando a importância de pensar na criação de um sistema de desmedicalização educacional.

O sétimo trabalho analisado, foi realizado por Tonus e Silva (2018), e busca discutir o crescente número de medicação de crianças a partir de diagnósticos como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e outros distúrbios, que são apontados como responsáveis pela não aprendizagem da criança. Desta forma, foi realizado um levantamento no município de Presidente Epitácio, localizado no estado de São Paulo, buscando compreender o entendimento dos professores e gestores das instituições de ensino fundamental I e II sobre patologização/medicalização e suas concepções sobre projetos de lei sobre a temática. Posteriormente, foram aplicados questionários com os professores participantes da pesquisa, visando a analisar sobre o que entendem a respeito de patologização e medicalização.

As autoras Tonus e Silva (2018) afirmam que os familiares e os professores procuram por meio dos diagnósticos médicos uma solução para responder às causas das dificuldades dos alunos no seu processo de ensino aprendizagem e de adaptá-los à realidade educacional. As escolas utilizam a patologização para justificarem a marginalização do ensino de alunos no sistema escolar.

De fato, como mencionado anteriormente, Meira (2012) analisa dados que comprovam o aumento de consumo de medicamentos utilizados no tratamento de TDAH, como a ritalina

ou metilfenidato, em conjunto com o aumento de diagnósticos de crianças com esse transtorno. Assim, vale ressaltar que os trabalhos de Santana e Gonçalves (2019), e Tonus e Silva (2018) apontam que o sistema farmacêutico não busca solucionar efetivamente o problema de aprendizagem que se encontra no sistema educacional, mas, sim, obter o lucro, aliado à reprodução do sistema capitalista por meio do discurso ideológico medicalizante.

O oitavo trabalho analisado, trata-se de uma dissertação realizada por Garcia (2019). Segundo a autora, a dificuldade de desenvolver o aprendizado da linguagem escrita é um dos grandes desafios para o sistema educacional do Brasil de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Deste modo, o processo de investigação para o entendimento dessas práticas foi realizado através de pesquisa de campo com seis sujeitos, posto que para analisar os materiais desenvolvidos durante as entrevistas a escritora utilizou os pressupostos bakhtinianos e da teoria histórico-cultural. O resultado da pesquisa revela que ao atribuir à criança rótulos negativos no processo de apropriação da linguagem escrita, geram nelas o desenvolvimento de um sentimento de culpa e incapacidade, dispendo que o indivíduo estabeleça uma relação negativa com o processo de ensino-aprendizado.

Visando a apreender sobre esses conceitos, Garcia (2019) deixa claro o agravante processo de medicalização na educação, que é responsável por reproduzir discursos que rotulam as crianças com algum tipo de distúrbio, e acabam transformando questões advindas de demandas sociais em questões médicas e biológicas.

A autora conclui que a precarização da formação docente acaba proporcionando ações pedagógicas mecanicistas de repetição e cópia, no qual o aluno somente irá memorizar a parte conceitual. Tal prática não possibilita a internalização e a compreensão dos conceitos científicos, acarretando na medicalização da educação através do encaminhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem aos serviços de saúde, que acaba desencadeando a prescrição de remédios.

Meira (2009) e Collares e Moysés (1994) discutem o modo como vem efetivado o processo de medicalização da educação e seus impactos na vida da criança. As autoras enfatizam que esse é um processo que se iniciou no final do século XIX e início do século XX com as práticas higienistas e perdura até os dias de hoje.

O penúltimo trabalho analisado, trata-se de uma dissertação realizada por Doirado (2020). O autor aborda a questão da indisciplina que está presente no sistema educacional, mas ressalta a importância de refletir o modo como é construída essa ação em sala de aula. O autor discute como são atribuídas causas individuais para os problemas comportamentais dos alunos na escola ou justificativas por meio da realidade social que ele está inserido. Essa forma de

análise, que é desprovida de crítica aos aspectos sociais e educacionais, muitas vezes, acaba agravando tais comportamentos, fortalecendo o discurso medicalizante das doenças do não se comportar, acarretando, assim, no processo de medicalização da educação.

Buscando analisar essa problemática, Doirado (2020) realiza uma pesquisa de campo utilizando o método do discurso livre com quatro alunos do ensino fundamental, que eram julgados como indisciplinados. Para o desenvolvimento das análises, fundamenta-se nos pressupostos bakhtinianos e vigotskianos. Além disso, realizou uma pesquisa documental, a partir da análise da documentação pedagógica sobre os estudantes considerados indisciplinados. Doirado (2020) conclui afirmando a importância da ampliação da discussão e entendimento do que se compreende por indisciplina, visto que, no contexto escolar essas situações são ligadas às doenças do não se comportar, ou seja, alunos considerados hiperativos. Assim, os profissionais da saúde e educação precisam refletir e entender os malefícios que são causados para a vida da criança pelo processo de medicalização da educação.

Realmente, Meira (2009; 2012) aborda em seus trabalhos a visão da medicalização e patologização frente à indisciplina e ao aluno que não se comporta em sala de aula. Assim, aponta que os professores e pais buscam na medicalização formas de disciplinar o aluno/criança com uso de remédios. Deste modo, a autora postula que a medicalização tem corroborado com os altos índices de diagnósticos que buscam submeter o indivíduo a utilização de medicamentos para modificar o seu comportamento. Apesar das advertências feitas pelo próprio fabricante, esse uso continua se perpetuando, podendo ocasionar a dependência do sujeito.

O último trabalho analisado trata-se de uma dissertação realizada por Araujo (2022), onde foi realizada uma pesquisa de campo em uma escola privada em São José do Rio Preto, localizada no interior de São Paulo. Os entrevistados na pesquisa de campo acerca dos processos de medicalização na realidade escolar foram duas professoras, uma coordenadora pedagógica, uma psicóloga escolar e três familiares de alunos que fazem uso de medicamentos para auxiliar no processo ensino e aprendizagem escolar. Para realizar as análises da pesquisa, Araujo (2022) utilizou os pressupostos teóricos do método materialista histórico e dialético de Karl Marx e da Psicologia Histórico-Cultural.

A obra retrata sobre as questões que impulsionam o uso excessivo de medicação para auxiliar as dificuldades de aprendizagem, pois a maioria dos diagnósticos são atribuídos por meio de questões biologizantes. Nesse processo, a escola e a família têm contribuído para a medicalização da vida da criança, na qual tem resultado em consequências negativas durante as ações educativas.

Dessa maneira, os resultados da pesquisa Araujo (2022) possibilitam a análise crítica da forma como são feitos os diagnósticos que utilizam a descrição apenas de sintomas individuais, voltados apenas às questões biológicas, como são realizados pelos médicos. Conclui-se que os resultados da pesquisa revelam que o uso de medicamentos acaba tendo efeito mais sobre o controle comportamental do que de fato uma melhora no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, este trabalho está em consonância com as discussões realizadas por Meira (2009, 2012), Collares e Moysés (1994) e Souza (2011), em suas observações, pois retratam como o processo de patologização e medicalização estão enraizados nos sistemas educacionais, e a dificuldade encontrada para a superação dessas práticas tanto pelos professores quanto pelos médicos.

Assim, conclui-se que, mesmo tendo diversos autores que fazem duras críticas ao processo de patologização das dificuldades de aprendizagem e medicalização das questões educacionais, essas continuam ocorrendo. Portanto, as análises aqui empreendidas nos mobilizaram a refletir sobre o que verdadeiramente acontece para a proliferação dessas práticas dentro do ambiente escolar, que será discutido a seguir, nas considerações finais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de patologização e medicalização das dificuldades de aprendizagem ainda estão presentes no sistema educacional. Constatamos esse fenômeno através de observação durante as vivências de estágio, no qual, os professores estereotipavam e diagnosticavam os alunos que tinham dificuldades de aprendizagem, com algum tipo de distúrbio. Esse processo tem por finalidade retirar a culpa do fracasso escolar dos professores e do sistema educacional, redirecionando-a para o aluno no seu percurso de aprendizagem.

Deste modo, o estudo teve como objetivo geral compreender o processo de patologização das dificuldades de aprendizagem no contexto escolar na atualidade. Para responder tal objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que abrange algumas dissertações e artigos já publicados com relação ao tema abordado.

Nesta pesquisa, discutimos sobre o processo histórico para a compreensão da patologização das dificuldades de aprendizagem, de modo a situar o período do movimento eugenista e higienista no Brasil. Posteriormente descrevemos sobre as tendências pedagógicas da pedagogia tradicional, pedagogia da escola nova e pedagogia do aprender a aprender, de modo a analisar, mesmo que de forma breve, o processo histórico do período das tendências pedagógicas discutidas e fundamentadas.

Objetivando, assim, aprofundar o estudo sobre o que se entende hoje por patologização das dificuldades de aprendizagem, buscamos compreender os métodos tradicionalistas, as práticas higiênicas e eugênicas que ocorreram na escola e as pedagogias que enfatizam o papel do aluno no processo de construção do próprio conhecimento, presentes no modelo de ensino brasileiro. Concluímos que, esses métodos, por serem fundamentados em perspectivas medicalizantes e psicologizantes, acabam promovendo práticas pedagógicas fundamentadas em concepções médicas e psicológicas do processo de aprendizagem, o que resulta no fenômeno de patologização das dificuldades de aprender. Além disso, os estudos demonstram que, tal prática vem crescendo de forma significativa na educação, pois a procura por medicamentos como a ritalina, ou metilfenidato, está cada vez maior.

Desse modo, compreendemos que as concepções medicalizantes fomentam a crença de que o fracasso escolar é causado por transtornos ou distúrbios que devem ser tratados pela via medicamentosa. Esse fenômeno é útil para geração de lucro para as indústrias farmacêuticas, que tem como interesse a venda de medicamentos, e não em contribuir para uma compreensão da real razão das dificuldades de aprendizagem.

Posto isto, concluímos ainda que é necessário compreender as práticas pedagógicas atuais frente ao fracasso escolar. É preciso que haja formações continuadas para os docentes que promovam o conhecimento e reconhecimento das dificuldades de aprendizagem como sendo provenientes de inúmeras questões determinantes, além das biológicas, tais como econômicas, sociais, políticas, pedagógicas, institucionais, dentre outras, que impactam no desenvolvimento social da criança.

Portanto, as tendências pedagógicas que foram analisadas neste trabalho nos possibilitaram entender o processo de ensino-aprendizagem na atualidade, pois, os professores ainda utilizam vieses metodológicos tradicionalistas e construtivistas, dando destaque à pedagogia do aprender a aprender, na qual o aluno é visto como responsável por construir seu próprio processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, concluímos, a partir deste estudo, que é necessário que o sistema educacional crie estratégias para que os profissionais de educação não sejam levados a encaminhar os alunos com dificuldades de aprender para os serviços de saúde, em busca de um laudo que justifique o seu baixo desempenho. Uma alternativa seria a contratação de profissionais especializados, como psicólogos escolares, para atuarem nas escolas. Esses profissionais auxiliariam no processo de busca dos motivos das dificuldades dos alunos nas práticas pedagógicas desatualizadas e inadequadas, promovendo alternativas educativas para os alunos com dificuldades de aprender.

Ressaltamos a importância de se ter professores capacitados para não cometer o erro de produzir diagnósticos a partir do que se observa apenas em sala de aula. Isso porque, acabam induzindo o tratamento de crianças, muitas vezes, sem transtornos, por via medicamentosa, que auxiliam apenas no quesito de comportamento delas, não influenciando no processo de aprendizagem em si. Evidentemente, algumas crianças necessitam de tratamento medicamentoso, mas acreditamos que o aumento do número de crianças que estejam utilizando medicação para tratamento de transtornos de aprendizagem esteja relacionado, entre muitas outras coisas, a um diagnóstico indiscriminado dos mesmos.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para a melhor compreensão por professores e estudantes sobre o processo de patologização das dificuldades de aprendizagem e as consequências de sua utilização na educação escolar.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Flávia Luíza de Freitas. **Concertar para aprender: os impactos do discurso patologizante na educação.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2021.
- ALVES, Alexandre; PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. **Eugenia, educação e saber médico: o discurso eugênico na I Conferência Nacional de Educação (1927).** História & Ensino, Londrina, v. 25, n. 1, p. 427-451, jan./jun. 2019.
- ARCE, Alessandra. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 74, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302001000100014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.
- AMARAL, Mayara Thaíse Dal Pasquale. **Da queixa ao diagnóstico de crianças com distúrbios de aprendizagem.** Dissertação (Mestrado). Maringá, PR, 2022.
- ARAÚJO, Carla Cristina Castro. **Medicalização de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, na perspectiva da escola e da família: análise a partir da psicologia histórico-cultural.** Dissertação (Mestrado). Paranaíba, MS: UEMS, 2022.
- BORBA, Alessandra Rodrigues da Silva. **A importância da afetividade na aprendizagem.** 2014.
- BORTOLOTTI, K. F.; M. V. da CUNHA. **Anísio Teixeira e a Psicologia: o valor da mensuração.** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 94, n. 236, p. 32-52, jan./abr. 2013.
- CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?.** Educação & Sociedade, v. 23, p. 247-270, 2002.
- COLLARES, Cecília Azevedo Lima, MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A Patologização da Educação).** Série Ideias (23), São Paulo, FDE, 1994, 25-31.
- COLOMBANI, Fabiola; MARTINS, Raul Aragão; DE MORAIS SHIMIZU, Alessandra. **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: a medicalização e a coação no desenvolvimento moral.** Nuances: estudos sobre Educação, v. 25, n. 1, p. 193-210, 2014.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens** Artmed, 2006. p. 15-41.
- DOIRADO, Edmilson Fernandes. **Discursivização sobre indisciplina e doenças do não se comportar nos anos iniciais do ensino fundamental na perspectiva da medicalização da educação.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.
- DUARTE, Newton. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, p. 85-106, Abril de 1998. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132621998000100008&lng=en&em=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000100008&lng=en&em=iso). Acesso em: 23 outubro de 2018. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000100008>.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

GARCIA, Amanda Trindade. **Como os processos de medicalização respondem às políticas públicas e avaliações externas**: um olhar a partir do discurso de uma escola de alto IDEB. Marília, 2019.

GASPARIN, João Luiz; PETENUCCI, Maria Cristina. **Pedagogia histórico crítica: da teoria à prática no contexto escolar**. 2008. Disponível em: <http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>

GONÇALVES, Lucas Rocha et al. **Educação, Patologização e Medicalização**: é possível quebrar essa corrente?. Educação em Foco, 2019.

IPOLITO, Juliana Chioca. **Os sentidos pessoais e os significados sociais da aprendizagem e das dificuldades de aprendizagem na formação inicial de professores**: uma análise dos cursos de Pedagogia da UFT e da USP. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2020.

JUNIOR, Claudio Sardinha Pontes; LEPRE, Rita Melissa. **Os problemas de aprendizagem e a patologização da educação na atualidade**: reflexões a partir da psicologia e da educação. In: Colloquium Humanarum. ISSN: 1809-8207. 2020. p. 329-345.

LUENGO, Fabiola Colombani. **A Vigilância Punitiva**: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas, 2003.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. **A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil**. Psicologia em estudo, v. 5, p. 115-137, 2000.

MAIA, Camila Moura Fé. **Psicologia escolar e patologização da educação**: Concepções e possibilidades de atuação. Dissertação (Mestrado - Em processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Universidade de Brasília, 2017.

MEIRA, M.E.M. **A medicalização e a produção da exclusão na educação brasileira à luz da Psicologia Histórico-Cultural**. In: Anais de trabalhos completos: XV Encontro Nacional da ABRAPSO, Maceió, AL, p.1-8, 2009.

MEIRA, Marisa Eugênio Melillo. **Para uma crítica da medicalização na educação**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 16, n. 1, Janeiro/Junho de 2012, p. 135-142.



MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. **Inteligência abstraída, crianças silenciadas:** as avaliações de inteligência. *Psicologia Usp*, v. 8, p. 63-89, 1997.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte em educação. *Revista diálogo educacional*, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SCARIN, Ana Carla Cividanes Furlan; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Medicalização e patologização da educação:** desafios à psicologia escolar e educacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, 2020.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar:** a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-SP; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR (org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

TONUS, Karla Paulino; SILVA, Laís Fernandes. **Patologização e Medicalização da Educação.** In: v. 4 (2018): IV Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP. 2018.

VIDOTTI, Lucimara Ferraz Martins; AFONSO, Roseli de Cassia. **A Pedagogia histórico-crítica na prática do professor: desafios e possibilidades.** Caderno Pedagógico. Jacarezinho-PR, 2008.